

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito, DOURADOS, Matutino (2011) - 3ª Série
Professor: JOAQUIM CARLOS KLEIN DE ALENCAR
Disciplina: Direito Administrativo - Turma "U"
Carga Horária: 136 h **Período Letivo:** 01/2015 a 12/2015

Ementa:

Introdução ao Estudo do Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Princípios. Administração Pública. Autarquias e seus regimes jurídicos. Sociedade de Economia Mista e seus regimes jurídicos. Empresas Públicas e Fundações Governamentais. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Prestação Centralizada e Descentralizada de Serviços Públicos. Concessões e Permissões de Serviço Público e seus regimes jurídicos. Licitação. Desapropriação. Controle da Administração. Discricionariedade e Legalidade. Controle Judicial. Responsabilidade do Estado por Atos Administrativos. Servidores Públicos. Regime Jurídico dos Bens Públicos.

Objetivo:

- Proporcionar aos alunos conhecimentos sobre os princípios e sistemas norteadores do Direito Administrativo;
- Estudar a estrutura da Administração e os diversos institutos do Direito Administrativo;
- Viabilizar ao aluno uma visão macro e micro do funcionamento do aparelho estatal.

Conteúdo:

1. Direito Administrativo
 - 1.1. Origem. Fontes. Definição.
2. Administração Pública
 - 2.1. Princípios. Organização. Classificação. Poderes administrativos.
3. Atos administrativos
 - 3.1. Definição. Espécies. Requisitos.
4. Processo Administrativo
 - 4.1. Definição. Princípios. Fases. Modalidades.
5. Licitação
 - 5.1. Concepção. Princípios. Características. Objeto. Modalidades. Fases.
6. Contratos administrativos
 - 6.1. Conceito. Aspectos gerais. Características. Principais modalidades.
7. Serviços públicos
 - 7.1. Significado. Princípios. Classificação. Serviços essenciais. Formas de atribuição da execução dos serviços públicos.
8. Intervenção do Estado na propriedade
9. Bens Públicos
 - 9.1. Sentido. Classificação quanto ao regime jurídico. Espécies. Características. Formas de utilização
10. Agentes Públicos
 - 10.1. Conceituação. Regimes jurídicos aplicáveis. Deveres. Classificação. Formas de acesso aos cargos e empregos. Regime estatutário. Regime da CLT. Regime de contrato por tempo determinado. Direito à livre associação sindical e à greve.
11. Improbidade administrativa

- 11.1. Introdução. Princípios. Sujeitos. Atos de improbidade. Procedimento administrativo e processo judicial. Disposições penais.
12. Controle da administração pública
12.1. Definição. Classificação. Controle administrativo. Controle legislativo. Controle judiciário, instrumentos do controle judicial.
13. Responsabilidade civil do Estado

Metodologia:

Aulas expositivas e participativas, ministradas com auxílio de instrumentos tecnológicos disponíveis, como giz/caneta e lousa, slides em data show, leituras de artigos, capítulos de livros e outros, com apresentação de resumos, sínteses, artigos ou outros meios, realização de seminários, círculos de diálogos, discussões, apresentações de trabalhos e outros meios, sempre objetivando a interatividade e a socialização entre alunos/as e professor. O professor estará disponível às terças-feiras, a partir das 15h, no Núcleo de Prática e Assistência Jurídica da Instituição.

É terminantemente proibido o uso, por qualquer meio, de telefones celulares e/ou quaisquer outros aparelhos portáteis capazes de interferir, de qualquer modo, no desenvolvimento da aula, por força da Lei n. 2.807, de 18/02/2004, exceto para fins exclusivamente pedagógicos, caso em que o uso deverá ser previamente autorizado pelo professor. Caso haja descumprimento dessa regra, o/a aluno/a será convidado/a a se retirar da sala de aula.

Bibliografia:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
FIGUEIREDO, Lucia Vale. Curso de Direito Administrativo. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 14. ed. São Paulo: RT, 2010. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
MORAES, Alexandre. Direito Constitucional Administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
BORGES, José Arthur Diniz. Direito Administrativo Sistematizado e sua interdependência com o Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2003.
CRETELLA JUNIOR, José. Prática de Processo Administrativo. 7. ed. São Paulo: RT, 2009.
GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2007.
MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 7. ed. Niterói: Impetus, 2013.

Critérios de Avaliação:

1 – Avaliações periódicas: Realizar-se-ão, no decorrer do ano letivo, 03(três) avaliações cognitivas, cujos instrumentos podem ser provas orais ou escritas objetivas e/ou dissertativas, apresentação de trabalhos, escritos ou orais, seminários e outros meios, apurando-se a média anual pela somatória das notas e a divisão pelo número de avaliações, buscando a obtenção da média institucional. Podem ser adotadas leituras de livros, artigos e afins, cujos resultados poderão integrar as avaliações, quer com a produção de artigos, resenhas, resumos, relatórios, ou outras formas.

2 – Prova optativa: Poderá ser mediante a utilização de uma das formas descritas no item 1, abrangendo o conteúdo respectivo à avaliação a ser realizada.

3 – Exame final: Os acadêmicos que porventura não obtiverem a média institucional igual ou superior a 6,0 (seis), terão a opção de realizar o exame final, nos moldes exatos das normas regulamentares da UEMS, cujo conteúdo abrangerá toda a matéria estudada ao longo do ano letivo.

ANDRE MARTINS BARBOSA
Coordenador de Curso

JOAQUIM CARLOS KLEIN DE ALENCAR
Professor